

Autoritarismo, extrema-direita e os pentecostais

Authoritarianism, Far-Right, and Pentecostals

David Mesquiati de Oliveira¹

Resumo: O século XX presenciou vários regimes ditatoriais no mundo. A legitimidade da violência sedimentou-se de tal maneira, que as democracias ainda são frágeis, diante dos grandes problemas sociais e econômicos enfrentados e a rearticulação de grupos políticos hegemônicos. No Brasil, há uma interconexão entre autoritarismo, ascensão da extrema-direita e uma notável aliança entre os pentecostais, que emergiram como uma nova força política. Este ensaio assume o termo “autoritarismo” como a designação mais apropriada para explicar a política brasileira. Desde o Estado Novo varguista até as últimas eleições presidenciais, a presença da extrema-direita expandiu-se, incorporando líderes religiosos conservadores, e fundamentada em discursos ultrapassados como o anticomunismo. A análise foca na aliança entre pentecostais e a extrema-direita, destacando a transformação na postura política dos pentecostais, que, inicialmente afastados da política, evoluíram para uma força política relevante. Essa convergência baseia-se em valores religiosos e políticos compartilhados, promovendo uma agenda moralista e conservadora.

Palavras-chave: Autoritarismo na América Latina. Pentecostalismo e Política. Extrema-Direita.

Abstract: The twentieth century witnessed various dictatorial regimes worldwide. The legitimacy of violence became so entrenched that democracies remain fragile in the face of significant social and economic challenges and the rearticulation of hegemonic political groups. In Brazil, there is an interconnection between authoritarianism, the rise of the far-right, and a notable

Recebido em 24 de janeiro de 2024
Aceito em 12 março de 2025

¹ Doutor em teologia (PUC-Rio), mestre em teologia (Faculdades EST), Bacharel em teologia (EST), em economia (UFES) e licenciado em História (Fael). Pós-doutorado em Teologia pela PUC-RIO e pela Princeton Theological Seminary (PTS-USA).

alliance among Pentecostals, who have emerged as a new political force. This essay adopts the term "authoritarianism" as the most appropriate designation to explain Brazilian politics. From the Vargas New State to the latest presidential elections, the presence of the far-right has expanded, incorporating conservative religious leaders and grounded in outdated discourses such as anti-communism. The analysis focuses on the alliance between Pentecostals and the far-right, highlighting the transformation in the political stance of Pentecostals, who, initially distant from politics, have evolved into a relevant political force. This convergence is based on shared religious and political values, promoting a moralistic and conservative agenda.

Keywords: Authoritarianism in Latin America. Pentecostalism and Politics. Far-Right.

Introdução

Entidades estatais e grupos políticos na América do Sul empreenderam diversas formas de violência ao longo do século XX. No intuito de analisá-las, categorias e conceitos foram emprestados de outras latitudes como variações do fascismo europeu em solo americano, e receberam denominações do tipo neofascismo, pós-fascismo, fascismo à brasileira, fascismo tropical, entre outros. Na mesma linha, designações, como nazismo ou totalitarismo, também foram empregadas para descrever essas manifestações. Não obstante, o termo “autoritarismo” surgiu como a designação mais apropriada para elucidar as particularidades do panorama político na região. No contexto brasileiro, conforme salientado por Boris Fausto, o conceito de autoritarismo está intrinsecamente arraigado na tradição política do país.²

Desde o Estado Novo varguista dos anos 1930³, com seus intelectuais autoritários⁴ como Oliveira Viana, Francisco Campos,

² FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

³ GOMES, Ângela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 35-70.

⁴ “No que diz respeito aos pensadores autoritários, cabe lembrar que, embora não estivessem à frente de um movimento — até porque não era esse seu papel —, tiveram considerável influência intelectual entre 1930-45, quando o quadro mundial e os dilemas internos do país, como já salientamos, pareciam dar razão a seus argumentos. A rigor, todos os atores sociais e políticos, com os militares à frente, e à exceção de um punhado de liberais, ouviram a voz dos autoritários.

Azevedo Amaral e Almir de Andrade, a presença da extrema-direita brasileira no cenário político ampliou significativamente seus meios de propagação de ideias.⁵ Por um lado, como demonstra Fausto, a “queda do Estado Novo teve como uma de suas consequências a desvalorização do pensamento explicitamente autoritário”, mas, por outro, “o regime militar, cuja duração foi bem mais longa que a do Estado Novo, representou uma retomada das práticas autoritárias”⁶.

O Brasil ainda experimentou a articulação massiva da Ação Integralista Brasileira (AIB), flagrantemente fascista, liderado por Plínio Salgado e outros, entre 1932-1937. Como aponta Fagundes: “o decreto de fechamento da AIB e a repressão durante a ditadura do Estado Novo não significaram o fim das atividades dos atores políticos que atuaram nas fileiras integralistas”⁷. Mais recentemente, a extrema-direita demonstrou sua força no golpe contra Dilma Rousseff e na eleição de Bolsonaro. Nestes eventos, a participação de lideranças religiosas e do discurso conservador foi eficiente. Pautas como defesa da família tradicional, bons costumes, enfrentamento do comunismo, entre outros, mobilizaram as massas. Dentre elas, um novo ator político e social pode ser percebido: os pentecostais.

Neste ensaio, busco aprofundar o entendimento sobre as interconexões entre o autoritarismo, a emergência da extrema-direita e a notável aliança entre os pentecostais em ascensão como nova força política eleitoral.

1. Autoritarismo no Brasil

Parte da historiografia oficial brasileira descreveu um passado mítico e harmônico, servindo de base para a naturalização de estruturas

[...]. O Estado Novo representou o apogeu dos ideólogos autoritários que constituíam um grupo amplo, não redutível a suas principais estrelas. Eles estiveram presentes nos campos mais diversos, da economia à cultura, e tiveram canais de expressão em jornais e revistas controlados ou censurados pelo governo” (FAUSTO, 2001, p. 36).

⁵ FAGUNDES, Pedro Ernesto. A extrema direita brasileira e as disputas pelo passado no contexto das Comissões da Verdade (2011-2021). *Lusotopie*, a. XXI, n. 2, p. 1-17, 2022.

⁶ FAUSTO, 2001, p. 37.

⁷ FAGUNDES, Pedro Ernesto. Morte e memória: a necrofilia política da Ação Integralista Brasileira (AIB). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 889-909, 2012. p. 908.

autoritárias sedimentadas nos últimos quinhentos anos.⁸ Nesta obra, a autora abrange diversos temas cruciais para compreender a configuração sociopolítica do Brasil ao longo da história: escravidão e racismo, mandonismo, patrimonialismo, corrupção, desigualdade social, violência, raça e gênero, intolerância.

Nesta obra, Schwarcz mostra que a influência da escravidão transcendeu a esfera econômica, moldando comportamentos e alterando as manifestações do racismo mesmo após sua abolição. O mandonismo, arraigado no modelo colonial, perdurou na estrutura familiar patriarcal durante a era do café e, posteriormente, na República. A presença atual do político populista digital é interpretada como uma evolução do mandonismo.

O patrimonialismo, originado de um déficit republicano, revela a continuidade de práticas patrimonialistas, persistindo mesmo com o fortalecimento de instituições. A corrupção, presente desde o Brasil Colônia, tornou-se endêmica, mesmo nos regimes militares. A desigualdade social reflete-se em um sistema educacional dual e na persistência de disparidades. A violência, com raízes na escravidão e nas lutas no campo, mantém-se recorrente. Em relação à raça e gênero, evidencia-se a persistência do racismo estrutural e institucional, além da violência sexual. Por fim, a intolerância e a violência emergem em um cenário polarizado, revelando uma sociedade dividida.⁹

Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat contribuem para uma interpretação dos regimes autoritários e das ditaduras como produto social e não em chave opressor-oprimido, como os estudos que se concentravam no poder das forças coercitivas e/ou na resistência das vítimas. Assim, puderam apontar os consensos e consentimentos da sociedade que possibilitou a “construção social dos regimes autoritários”, que deu nome ao livro. Com isso puderam afirmar sobre o século XX: “um século marcado por muitas ditaduras, em diferentes países e continentes, com culturas, tradições e passados diversos, que tiveram apoio da sociedade”¹⁰.

Concentrando-se no século XX no Brasil, o governo de Getúlio Vargas foi marcado por medidas intervencionistas e centralizadoras, oferecendo um dos primeiros capítulos desse autoritarismo: “contando com o apoio das Forças Armadas e da maioria das elites, Getúlio

⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Companhia das Letras, 2019.

⁹ SCHWARCZ, 2019.

¹⁰ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. Apresentação. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 11-32. p. 28.

desfechou um golpe de Estado dando origem ao Estado Novo (1937-1945). Assim nasceu uma ditadura autoritária”¹¹.

A implantação do Estado Novo, em novembro de 1937, por meio de um golpe que transformou Getúlio Vargas de presidente da República em ditador-presidente, impulsionou os ideólogos do regime a estabelecer distinções, com objetivos práticos. Tratava-se não só de esclarecer os métodos e as finalidades da ditadura estadonovista como também de separar o governo Vargas do movimento fascista, encarnado pela Aliança Integralista Brasileira (AIB). Note-se, de passagem, que, após uma aproximação ditada por interesses comuns, entre o governo e a AIB, Vargas negou o acesso dos integralistas a cargos ministeriais — o líder Plínio Salgado almejava principalmente o Ministério da Educação — e cortou as asas das mobilizações fascistas. Como resultado, em março de 1938, um grupo desesperado de integralistas tentou, sem êxito, desfechar um golpe contra o Estado Novo.¹²

Contudo, foi com o golpe militar de 1964 no Brasil que o autoritarismo atingiu seu ápice, com um regime militar que suprimiu direitos civis e instaurou um governo violento. Mariana Joffily afirma: “nas décadas de 1960 e 1970 vários países do Cone Sul sofreram golpes militares e viveram sob regimes ditatoriais”¹³. A repressão política da doutrina de segurança nacional (DSN) gerou um terror de Estado, “um terrorismo de grande escala, dirigido a partir do centro do poder estatal, dentro ou fora das suas fronteiras”¹⁴. Mais adiante, ele afirma:

A forte presença da impunidade é mais do que um efeito residual da aplicação de políticas de TDE [terror de Estado] (sequelas de torturas, expropriação de bens,

¹¹ FAUSTO, 2001, p. 11.

¹² FAUSTO, 2001, p. 6.

¹³ JOFFILY, Mariana. Os Nunca más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984- 1991). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, p. 213-221. p. 213.

¹⁴ PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional é terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, C.; FERREIRA, M.; ARAUJO, M.; QUADRAT, S. (orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 143-178. p. 153.

perda de anos computados para efeito de aposentadoria etc.). Ela é uma característica e uma condição para a projeção eficiente daquele TDE sobre o conjunto da sociedade; projeção contundente diante da falta de informações, explicações e responsabilizações, particularmente no caso dos desaparecidos e do sequestro e apropriação de crianças – crimes que não prescrevem, que persistem no tempo, a cada dia. Mas a projeção da impunidade é a mais nociva para a sociedade, pelas dúvidas que gera em relação à democracia e pelas incertezas quanto às instituições que dela fazem parte, particularmente, a policial e militar, vistas com profunda desconfiança pela população, até porque, após o fim da ditadura, não houve nenhuma depuração pessoal, de lideranças, de princípios doutrinários, nem de manifestação de arrependimento ou pedido de perdão pelos crimes cometidos.¹⁵

É essencial reconhecer que o autoritarismo não se manifestou apenas em momentos isolados, mas evoluiu ao longo do tempo, transformando-se em diferentes formas e assumindo nuances variadas.¹⁶ Essa evolução não apenas deixou cicatrizes nas estruturas institucionais, mas também influenciou a coletividade, moldando a percepção da sociedade em relação ao exercício do poder.

2. A ascensão da extrema-direita

A ascensão da extrema-direita revela-se como um fenômeno intrincado, cujas raízes mergulham profundamente nas narrativas políticas e nas estratégias de consolidação de poder, especialmente após a Guerra Fria. O papel central dos discursos anticomunistas, enquanto catalisadores desse movimento, destaca-se como um componente essencial para compreender não apenas o surgimento dessa corrente política, mas também seus impactos duradouros na sociedade. O Brasil, em particular, testemunhou o fortalecimento desses discursos durante a

¹⁵ PADRÓS, 2008, p. 176.

¹⁶ Como bem lembrou Priscila Antunes, “a exemplo de uma das piores tendências latino-americanas, os militares no Brasil também sempre foram atores políticos relevantes, mesmo em períodos democráticos”. ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informação na Argentina, no Brasil e no Chile. In: FICO, C.; FERREIRA, M.; ARAUJO, M.; QUADRAT, S. (orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 201-244. p. 215.

ditadura militar, quando o anticomunismo se tornou a justificativa para repressão e violações dos direitos humanos.

A associação do comunismo a uma ameaça existencial tornou-se uma ferramenta retórica poderosa, capaz de unificar diferentes setores da sociedade sob uma bandeira de resistência: “os regimes autoritários, [eram] justificados como forma de combate ao comunismo”¹⁷. Dessa forma, a exploração do medo da ameaça comunista não foi apenas uma estratégia retórica; foi também um instrumento eficiente de controle social. Ao incutir pânico na população, os líderes da extrema-direita conseguiram legitimar medidas autoritárias, restringir liberdades individuais e consolidar um apoio popular fundamentado na promessa de proteção contra uma suposta ameaça.

O anticomunismo tornou-se não apenas uma justificativa ideológica, mas também um manto sob o qual se ocultavam práticas repressivas e violações sistemáticas dos direitos humanos. A narrativa anticomunista foi instrumentalizada para silenciar dissidências, reforçando a ideia de que a supressão de supostas ameaças era necessária para a preservação da ordem e da segurança. Mesmo após o término da Guerra Fria e o declínio do comunismo, as sementes plantadas por essas narrativas continuam a germinar, influenciando a retórica política contemporânea e moldando a percepção pública sobre ideologias progressistas.¹⁸

Sanahuja e Burian denominaram essa ultradireita emergente de neopatriota, pois combina narrativas anti-establishment, nacionalismos e princípios individualistas libertários (neoliberalismo). Tais grupos vendem-se como representantes das pessoas comuns, do “verdadeiro povo”, que estaria sendo traído pelas elites corruptas e subordinadas aos interesses estrangeiros.¹⁹ Adotam retórica “plebeia” e assumem um papel de outsider do sistema.

Disseminam teorias conspiratórias contra a globalização (globalismo) e cativam o público que perdeu algo no processo ou que tem a percepção de ter perdido com os efeitos da globalização, a partir das mudanças na cadeia produtiva, salários afetados, precarização ou falta de proteção social, ameaça dos valores tradicionais, da cultura e da comunidade. Empreendem fratricidas guerras culturais, acentuando a polarização. No entanto, promovem contestações discursivas ou

¹⁷ FAUSTO, 2001, p. 37-38.

¹⁸ SANAHUJA, José Antonio; BURIAN, Camilo López. Las “nuevas derechas” y la ultraderecha neopatriota: conceptos, teoría y debates en el cruce de ideología y globalización. In: SANAHUJA, José Antonio; STEFANONI, Pablo (eds.). *Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas*. Madrid: Fundación Carolina, 2023, p. 13-36.

¹⁹ SANAHUJA; BURIAN, 2023, p. 23.

normativas, e não atingem concretamente mudanças estruturais na sociedade, mantendo os interesses escusos de quem eles criticam.²⁰

Demonizam as conquistas sociais como estrangeiras, negativas, das elites progressistas, que atuam contra a “ordem natural”, “eles-nós”, são reacionários, uso deliberado de fake News e desinformação ao estilo de “ideologia de gênero”. Em simultâneo, revestem-se de uma estética e retórica de rebeldia e “politicamente incorreto”, além de fazer uso massivo das redes sociais, grafismos e “memes”.

Nos últimos anos, o recrudescimento das direitas radicais teve impacto e foi impactado pelas chamadas redes sociais digitais, nas experiências nacionais e transnacionais. Nesse novo terreno, a extrema-direita brasileira utilizou a defesa do passado autoritário para justificar parte do seu projeto político do presente. A partir da instalação da CNV, essas novas “trincheiras” foram marcadas pela veiculação de versões falsas do passado recente e, especialmente, pela defesa do “regime militar”.²¹

Desconstruir essas narrativas é fundamental para compreender não apenas os eventos passados, mas também para construir diálogos significativos que possam promover sociedades mais inclusivas e resistentes aos apelos do medo político. A ascensão da extrema-direita, catalisada por discursos anticomunistas, não é um fenômeno isolado, mas uma reação complexa ao contexto político latino-americano. Os períodos autoritários proporcionaram o solo fértil para o florescimento dessas ideias, solidificando uma mentalidade que associa a ordem à repressão e à supressão de dissidências.

3. A aliança pentecostal com a extrema-direita

A convergência entre os pentecostais e a extrema-direita é um fenômeno notável e multifacetado, observável não somente no Brasil, mas também em outros países da América Latina e até nos Estados Unidos, com Donald Trump. O apoio irrestrito ao saudosismo da ditadura militar no Brasil e ao bolsonarismo representa um casamento peculiar entre valores religiosos e políticos. A promessa de ordem e moralidade, características compartilhadas entre os líderes pentecostais e a extrema-direita, tem sido um elo fundamental nessa aliança.

²⁰ SANAHOJA; BURIAN, 2023, p. 24

²¹ FAGUNDES, 2022, p. 1.

Segundo Aline Coutrot, as ligações entre religião e política foram desprezadas pela história do político.²² E isso ocorreu, embora a Antiguidade e mesmo posteriormente as monarquias europeias estivessem muito próximas das religiões, usando o discurso divino. Ainda que tenha ocorrido um refluxo com o Iluminismo, na tentativa de dessacralizar o Estado, tirando o peso político da Igreja Católica, os componentes religiosos mantiveram-se na sociedade.

Hoje, as forças religiosas são levadas em consideração como fator de explicação política em numerosos domínios. Elas fazem parte do tecido do político, relativizando a intransigência das explicações baseadas nos fatores socioeconômicos.²³

As explicações historiográficas de cunho marxista do final dos anos 1980 e 1990 tratavam o religioso como reflexo do econômico, da infraestrutura. A questão teórica que se impôs, ao contrário, foi a de diferenciar religião de política, buscando quais seriam as mediações entre elas, os traços comuns. Isto porque tanto a política como a religião atuam sobre a vida do ser humano, incidindo na forma de comportar-se no mundo.

Desde o Brasil Colônia, a Igreja Católica desempenhou papel crucial no cenário político, impregnando o espaço público nacional e gerando alguns efeitos, como a sacração da história e a sacração do governante:

Ao articulá-las [sagração da história e do governante], notaremos que o mito fundador opera de modo socialmente diferenciado: do lado dos dominantes, ele opera na produção da visão de seu direito natural ao poder e na legitimação desse pretensão direito natural por meio das redes de favor e clientela, do ufanismo nacionalista, da ideologia desenvolvimentista e da ideologia da modernização, que são expressões laicizadas da teologia da história providencialista e do governo pela graça de Deus; do lado dos dominados, ele se realiza pela via milenarista com a visão do governante como salvador, e a sacralização-satanização da política. Em outras palavras, o mito engendra uma visão messiânica da política que possui como parâmetro o

²² COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 331-364.

²³ COUTROT, 2003, p. 331.

núcleo milenarista como embate cósmico final entre a luz e a treva, o bem e o mal, de sorte que o governante ou é sacralizado (luz e bem) ou satanizado (treva e mal).²⁴

Esse imaginário messiânico para tratar a política se manteve no pentecostalismo, postulando-se como legítimo representante da “luz” e do “bem”. Complexifica o cenário com a maneira que a representação política brasileira se realizou no Brasil. Ainda segundo Chauí:

o rei representa Deus e não os governados e os que recebem o favor régio representam o rei e não os súditos. Essa concepção aparece na política brasileira, na qual os representantes, embora eleitos, não são percebidos pelos representados como seus representantes e sim como representantes do Estado em face do povo, o qual se dirige aos representantes para solicitar favores ou obter privilégios. Justamente porque a prática democrática da representação não se realiza, a relação entre o representante e a população é de favor, clientela e tutela. E é exatamente isso que se manifesta na força do populismo na política brasileira.²⁵

Em meados do século XX os pentecostais eram uma minoria religiosa restrita à periferia das cidades brasileiras. A partir do acelerado processo de urbanização e dos fluxos migratórios decorrentes, esse segmento do cristianismo foi migrando do Norte do país, passando pelo Nordeste, até alcançar as demais regiões.²⁶ A massa de migrantes trabalhadores e outras camadas populares encontrou na fé experiencial e mística do pentecostalismo – mais que segurança e descanso –, um refúgio para se esquivar de participar das transformações das estruturas sociais.²⁷ Essa foi a tese preponderante a partir da década de mil novecentos e sessenta, para explicar o crescimento dos pentecostais e sua relação com a política. Nos grandes centros urbanos, as muitas e pequenas comunidades identificadas com essa perspectiva religiosa guarneciam o *ethos* rural, que fornecia a necessária estabilidade. Esse ambiente de refúgio era marcado pela ambiguidade da convivência

²⁴ CHAUI, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 53.

²⁵ CHAUI, 2000, p. 53.

²⁶ FAJARDO, Maxwell Pinheiro. *Onde a Luta se travar: uma história das Assembleias de Deus no Brasil*. Curitiba: Prismas, 2017.

²⁷ D'EPINAY, Christian Lalive. *O refúgio das massas: estudo sociológico do protestantismo chileno*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970.

comunitária e, do ponto de vista organizacional, pelo imaginário autoritário, que mantinha o poder internamente e pregava um distanciamento da política.²⁸ O lema era: “crente não se envolve com política”²⁹.

Com o crescimento numérico e a ascensão social de parte dos membros desse segmento, ademais das mudanças socioculturais no país – como a abertura democrática e a Constituinte em 1986³⁰ – houve uma rápida passagem da postura negativa em relação à participação política do grupo. O mote mudou para: “irmão vota em irmão”³¹. Criou-se uma amálgama entre as elites religiosas e as elites do momento, surgindo novas configurações no cenário político, como a inédita figura do “candidato oficial” de uma igreja pentecostal, como foi o caso da Assembleia de Deus, uma das pioneiras no seguimento pentecostal no país, mas também, da criação de partidos políticos diretamente ligados a uma igreja pentecostal, como a Igreja Universal do Reino de Deus e o Partido Republicanos, além da bancada evangélica no Congresso brasileiro, formalizada na Frente Parlamentar Evangélica (FPE).³²

Na eleição presidencial de 2018 e 2022 ficou evidente que os pentecostais teriam avançado para uma postura mais engajada, buscando definir os rumos políticos e a legislação no país, incidindo não somente na casa de leis, o Congresso Nacional, mas também, no Supremo Tribunal Federal (STF), como as questões sobre aborto e casamento homossexual³³, avançando para uma agenda corporativa, em uma tentativa de domínio da sociedade³⁴, que se instrumentalizou na

²⁸ BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo dos Campos: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

²⁹ FRESTON, Paul. Breve História do Pentecostalismo Brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et. al. (orgs.). *Nem Anjos nem Demônios: Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-162.

³⁰ ROSA, W. P. Pentecostais na Política Brasileira na era da Constituinte de 1988 e alguns de seus desdobramentos. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 13, n. 37, 2020.

³¹ SYLVESTRE, Josué. *Irmão Vota em Irmão: os evangélicos, a constituinte e a Bíblia*. Brasília: Pergaminho, 1986.

³² ALENCAR, Gedeon. *Matriz Pentecostal Brasileira*. Assembleias de Deus – 1911-2011. 2 ed. Vitória: Unida; São Paulo: Recriar, 2019.

³³ LACERDA, F. Pentecostais, clientelismo e política: uma avaliação da literatura sobre América Latina e Brasil. *Cadernos de Pesquisa Política*, n. 12, p. 1-44, 2016.

³⁴ DIP, Andrea. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

candidatura do pseudo *outsider* Jair Bolsonaro. Nesse sentido, a hipótese de trabalho é a possibilidade de descrever uma agenda atual do discurso das elites pentecostais que buscam dominar e regular o espaço público a partir da ótica corporativista, que se une a outros grupos cristãos na empreitada fundamentalista, como os setores católicos ultradireitistas e algumas igrejas protestantes. Essa hipótese reconhece que existem vozes dissonantes nesse segmento religioso, seja entre alguns políticos que se elegeram em diferentes âmbitos da política, seja entre a comunidade de fé. Ressalta, no entanto, o projeto dos que dirigem essas organizações (elites religiosas) e seus ideais políticos.

O acelerado processo de mudança de postura entre os pentecostais que, até os anos 1960 e 1970 defendiam que religião e política não se misturavam e que com a redemocratização do país nos anos 1980, fizeram uma abrupta mudança intervencionista, atingindo o nível atual de engajamento das lideranças e igrejas na corrida eleitoral dos últimos pleitos, além da demonização dos governos petistas e do manipulador medo do “comunismo”.³⁵ Uma vez mais, percebe-se o dualismo maniqueísta “luz/trevas” e “bem/mal”, que dá sustentação a posturas e lideranças autoritárias.

Sobre a atuação política dos pentecostais, alguns estudos com postura mais otimista acentuam que: resultou em dar voz às camadas mais populares³⁶; fortaleceu a sociedade civil, afirmando identidades reforçadas pelo sentimento de pertença comunitário³⁷; poderia contribuir para o desenvolvimento do país com a promoção da responsabilidade individual e com a criação de organizações civis estáveis e independentes³⁸; autoestima, redes de apoio, liderança; mobilidade social³⁹; racionalização religiosa e criação de novos vínculos e organizações⁴⁰; entre outros.

As abordagens mais pessimistas entendem que o pentecostalismo não representaria uma ruptura com a cultura de dominação e com as práticas vigentes de controle social, sendo apenas sua continuidade. Os

³⁵ BAPTISTA, 2009.

³⁶ BAPTISTA, 2009.

³⁷ DODSON, Michael. Pentecostals, Politics, and Public Space in Latin America. In: CLEARY, E. L.; STEWART-GAMBINO, H. W. (Eds.). *Power, Politics and Pentecostals in Latin America*. Boulder: Westview Press, 1997. p. 25-40.

³⁸ STOLL, D. *Is Latin America turning protestant?* Los Angeles: University of California Press, 1990.

³⁹ MARIZ, C. L. Religion and poverty in Brazil: a comparison of Catholic and Pentecostal communities. *Sociology of Religion*, v. 53, p. 63-70, 1992.

⁴⁰ MARIZ, C. L. *Coping with Poverty: Pentecostals and Christian Base Communities in Brazil*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

pentecostais estariam organizados em relações autoritárias e paternalistas⁴¹; seria um instrumento de dominação⁴²; “voto de cabresto” e práticas clientelistas⁴³; apoio a candidatos populistas e governos autoritários em busca de recursos do Estado⁴⁴.

Almeida, refletindo sobre a “onda conservadora”, ponderou que os evangélicos e os pentecostais fazem parte dela, mas não somente eles, não podendo atribuir a eles o fator causal da crise em curso: “os evangélicos não são causa e nem resultante, mas estão articulados ao processo social mais geral [...] a pauta conservadora vai além da pauta dos evangélicos conservadores”⁴⁵. Ele critica a forma pejorativa como alguns analistas e a imprensa utilizam a categoria evangélicos/pentecostais.

Bancada Evangélica talvez seja a expressão mais acabada do sentido negativo que o termo “os evangélicos” adquiriu nas últimas décadas, qual seja: um conjunto de deputados “moralistas” que ameaçam a laicidade do Estado brasileiro.⁴⁶

A memória seletiva que destacava aspectos percebidos como positivos do regime militar, como ordem e estabilidade, serviu como uma plataforma unificadora para os pentecostais e a extrema-direita. Além disso, o alinhamento ao bolsonarismo, com seu discurso conservador e pautas moralistas, acentua ainda mais essa aliança.

As lideranças religiosas desempenham um papel central na articulação e manutenção dessa aliança. A influência carismática dos líderes pentecostais é muitas vezes empregada para mobilizar suas congregações em apoio à agenda política da extrema-direita. Essa simbiose entre o púlpito e a arena política representa uma dinâmica única que desafia as noções convencionais de separação entre religião e política.

Gracino Júnior, Goulart e Frias afirmam que o ressentimento é o afeto que catalisa os vínculos entre a extrema-direita e os pentecostais.

⁴¹ D´EPINAY, 1970.

⁴² BASTIAN, Jean-Pierre. *Protestantismos y modernidad Latinoamericana*: história de unas minorías religiosas activas en América Latina. Mexico: FCE, 1994.

⁴³ CHESNUT, R. A. *Born Again in Brazil: The Pentecostal Boom and Pathogens of Poverty*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

⁴⁴ GASKILL, N. Rethinking Protestantism and democratic consolidation in Latin America. *Sociology of Religion*, v. 58, n. 1, p. 69-91, 1997.

⁴⁵ ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, n. 50, p. 1-27, 2017. p. 25.

⁴⁶ ALMEIDA, 2017, p. 6.

Pensando especialmente as eleições presidenciais de 2018, os autores propuseram um quadro interpretativo que considerava os conceitos de hegemonia, equivalência e populismo, de um lado, e de outro, o fator religioso e as pautas morais. Eles concluíram que os evangélicos/pentecostais formam um novo bloco de poder, com pretensões hegemônicas; utilizam uma gramática de atuação política interna ao grupo e outra externa, que possibilita articulação com bases mais amplas, para formar redutos eleitorais; investe em antagonismos generalizados; exprime ressentimentos contra instituições plurais e políticas inclusivas, entre outros.⁴⁷

O discurso religioso e político dessas igrejas é mobilizador, fundindo-se com a dimensão do afeto que é igualmente mobilizadora, a partir dos medos e do temor ao desamparo. Isso gera adesão eleitoral, pois, algumas igrejas são hábeis em ressignificar o mal-estar da sociedade de consumo e excludente e traduzir na forma de discurso religioso afetivo.

Aqui entra, também, o afeto (libido/amor) ao líder, bem como, seu oposto (os anticristos), inimigos do líder que devem ser aniquilados.⁴⁸ Como vimos em Chauí, a disposição para submeter-se cegamente ao líder e divinizá-lo, podendo elevá-lo a “mito”, localiza o dirigente em uma categoria inconteste e messiânica. Os outros, devem ser negados.⁴⁹ É homogeneizadora, uma visão de mundo hegemônica. Daí o combate aos direitos mais amplos, restrições às minorias, perda de privilégios que são considerados meritocracia. Enfim, vão se organizar contra um modelo de Estado Democrático, que garante direitos iguais para todos, que resguarda a existência das demais religiões. Nesse sentido, negar a Constituição de 1988 (marco civilizatório brasileiro) e denominá-la de “comunista”, é aliançar com a ultradireita no revisionismo acrítico da nostalgia dos regimes militares.

A aliança entre pentecostais e a extrema-direita não é apenas um fenômeno isolado, mas uma força que apresenta desafios significativos à democracia e à pluralidade na América Latina. O risco de uma homogeneização de valores e a imposição de uma visão única sobre questões sociais são demandas prementes que merecem uma reflexão aprofundada.

Conclusão

⁴⁷ GRACINO JUNIOR, Paulo; GOULART, Mayra; FRIAS, Paula. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. *Cadernos Metrópole*, v. 23, p. 547-580, 2021.

⁴⁸ ARATO, Andrew; COHEN, Jean L. Civil society, populism, and religion. In: DE LA TORRE, Carlos (ed.). *Routledge handbook of global populism*. Ney York: Routledge, 2019, p. 112-126.

⁴⁹ CHAUI, 2000.

O autoritarismo, como fenômeno histórico, não pode ser encapsulado apenas nos episódios pontuais de ditaduras e regimes militares. Suas raízes profundas entrelaçam-se com os complexos desdobramentos políticos e sociais ao longo do tempo. Desde os tempos de Vargas até os anos de chumbo, o autoritarismo semeou uma trama intrincada que permeia as estruturas de poder até os dias atuais.

O autoritarismo na América Latina deixou marcas indeléveis, moldando a política e a sociedade da região. A ascensão da extrema-direita, impulsionada por discursos anticomunistas, reforçou um ciclo de autoritarismo que persiste no século XXI. A aliança entre os pentecostais e a extrema-direita representa uma convergência de interesses que desafia as fronteiras entre o religioso e o político. Compreender essas interconexões é crucial para traçar o panorama político e social da América Latina contemporânea, lançando luz sobre as complexidades que permeiam essa relação triangular entre autoritarismo, extrema-direita e o fervor pentecostal.

Referências

- ALENCAR, Gedeon. *Matriz Pentecostal Brasileira*. Assembleias de Deus – 1911-2011. 2 ed. Vitória: Unida; São Paulo: Recriar, 2019.
- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, n. 50, p. 1-27, 2017.
- ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informação na Argentina, no Brasil e no Chile. In: FICO, C.; FERREIRA, M.; ARAUJO, M.; QUADRAT, S. (orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 201-244.
- ARATO, Andrew; COHEN, Jean L. Civil society, populism, and religion. In: DE LA TORRE, Carlos (ed.). *Routledge handbook of global populism*. New York: Routledge, 2019, p. 112-126.
- BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo dos Campos: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.
- BASTIAN, Jean-Pierre. *Protestantismos y modernidad Latinoamericana: história de unas minorías religiosas activas en América Latina*. Mexico: FCE, 1994.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHESNUT, R. A. *Born Again in Brazil: The Pentecostal Boom and Pathogens of Poverty*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

- COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, Renê (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 331-364.
- D'EPINAY, Christian Lalive. *O refúgio das massas: estudo sociológico do protestantismo chileno*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970.
- DIP, Andrea. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- DODSON, Michael. Pentecostals, Politics, and Public Space in Latin America. In: CLEARY, E. L.; STEWART-GAMBINO, H. W. (Eds.). *Power, Politics and Pentecostals in Latin America*. Boulder: Westview Press, 1997. p. 25-40.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. A extrema direita brasileira e as disputas pelo passado no contexto das Comissões da Verdade (2011-2021). *Lusotopie*, XXI(2), p. 1-17, 2022.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. Morte e memória: a necrofilia política da Ação Integralista Brasileira (AIB). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 889-909, jul./dez., 2012.
- FAJARDO, Maxwell Pinheiro. *Onde a Luta se travar: uma história das Assembleias de Deus no Brasil*. Curitiba: Prismas, 2017.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FRESTON, Paul. Breve História do Pentecostalismo Brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et. al. (orgs.). *Nem Anjos nem Demônios: Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-162.
- GASKILL, N. Rethinking Protestantism and democratic consolidation in Latin America. *Sociology of Religion*, v. 58, n. 1, p. 69-91, 1997.
- GOMES, Ângela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 35-70.
- GRACINO JUNIOR, Paulo; GOULART, Mayra; FRIAS, Paula. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. *Cadernos Metrópole*, v. 23, p. 547-580, 2021.
- JOFFILY, Mariana. Os Nunca más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984- 1991). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, p. 213-221.
- LACERDA, F. Pentecostais, clientelismo e política: uma avaliação da literatura sobre América Latina e Brasil. *Cadernos de Pesquisa Política*, n. 12, p. 1-44, 2016.
- MARIZ, C. L. *Coping with Poverty: Pentecostals and Christian Base Communities in Brazil*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

- MARIZ, C. L. Religion and poverty in Brazil: a comparison of Catholic and Pentecostal communities. *Sociology of Religion*, v. 53, p. 63-70, 1992.
- PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional é terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, C.; FERREIRA, M.; ARAUJO, M.; QUADRAT, S. (orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 143-178.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. Apresentação. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 11-32.
- ROSA, W. P. Pentecostais na Política Brasileira na era da Constituinte de 1988 e alguns de seus desdobramentos. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 13, n. 37, 2020.
- SANAHUJA, José Antonio; BURIAN, Camilo López. Las “nuevas derechas” y la ultraderecha neopatriota: conceptos, teoría y debates en el cruce de ideología y globalización. In: SANAHUJA, José Antonio; STEFANONI, Pablo (eds.). *Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas*. Madrid: Fundación Carolina, 2023, p. 13-36.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Companhia das Letras, 2019.
- STOLL, D. *Is Latin America turning protestant?* Los Angeles: University of California Press, 1990.
- SYLVESTRE, Josué. *Irmão Vota em Irmão: os evangélicos, a constituinte e a Bíblia*. Brasília: Pergaminho, 1986.